

Tropicália
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
intermediárias em
30 de junho de 2021**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Aos
Administradores e Acionistas da
Tropicália Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Tropicália Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações para os períodos de três e seis meses findos naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os requerimentos do CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena Santos
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2021	31/12/2020		Nota	30/06/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		50	25	Fornecedores	8	23.069	9.260
Títulos e Valores Mobiliários	3	11.477	25.209	Impostos e contribuições a recolher		2.361	673
Depósito vinculado	5	10.180	-	Outros passivos circulantes		248	569
Concessionárias e Permissionárias	4	9.891	-	Dividendos	10c	-	17.046
Despesas antecipadas		62	409	Encargos setoriais		425	-
Imposto de renda retido na fonte		3.796	3.871	Debêntures - Encargo da dívida	7	8.889	1.319
Outros ativos circulantes		40	40				
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6	80.302	-			34.992	28.867
		<u>115.798</u>	<u>29.554</u>				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Tributos Diferidos	9.a	113.955	120.951
Concessão do serviço público (ativo contratual)	6	796.044	855.784	Debêntures	7	484.931	461.408
						598.886	582.359
Despesas antecipadas		-	340				
Outros ativos não circulantes		45	45	Patrimônio líquido	10	58.000	58.000
Imobilizado		154	72	Capital social			
Intangível		69	70				
		<u>796.312</u>	<u>856.311</u>	Reserva Legal		11.314	11.314
				Reserva de lucros a realizar		168.631	168.631
				Reserva Especial		53.740	36.694
				Prejuízos Acumulados		(13.453)	-
						278.232	274.639
Total do ativo		<u>912.110</u>	<u>885.865</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>912.110</u>	<u>885.865</u>

Notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	Nota	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receita operacional líquida	11	28.626	52.678	58.327	147.965
Custo de Construção	12	(535)	(18.856)	(41.675)	(65.248)
Custo de operação e manutenção	14	(1.064)	-	(2.148)	-
Lucro bruto		<u>27.027</u>	<u>33.822</u>	<u>14.504</u>	<u>82.717</u>
Despesas Operacionais	13	(701)	(657)	(1.404)	(1.362)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>26.326</u>	<u>33.165</u>	<u>13.100</u>	<u>81.355</u>
Receita Financeira		99	560	178	1.843
Despesas Financeira		(15.581)	(2.991)	(33.616)	(13.260)
Resultado financeiro	15	(15.482)	(2.431)	(33.438)	(11.417)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>10.844</u>	<u>30.734</u>	<u>(20.338)</u>	<u>69.938</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9b	(3.687)	(10.453)	6.885	(23.916)
Lucro (prejuízo) líquido do período		<u>7.157</u>	<u>20.281</u>	<u>(13.453)</u>	<u>46.022</u>
Resultado por ação (R\$)		0,071	0,201	(0,133)	0,456

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias .

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro (prejuízo) líquido do período	7.157	20.281	(13.453)	46.022
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>7.157</u>	<u>20.281</u>	<u>(13.453)</u>	<u>46.022</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Reserva de capital	Reserva de capital a integralizar	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial		
Em 31 de dezembro de 2019	10	96.000	5.001	(5.000)	7.725	117.493	7.141	-	228.359
Redução de Capital Social		(38.000)	-	-	-	-	-	-	(38.000)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	46.022	46.022
Constituição de reserva		-	-	-	-	-	29.553	-	29.553
Em 30 de junho de 2020	10	58.000	5.001	(5.000)	7.725	117.493	36.694	46.022	265.934
Em 31 de dezembro de 2020	10	58.000	-	-	11.314	168.631	36.694	-	274.639
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	-	(13.453)	(13.453)
Constituição de reserva		-	-	-	-	-	17.046	-	17.046
Em 30 de junho de 2021	10	58.000	-	-	11.314	168.631	53.740	(13.453)	278.232

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Tropicália Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	(13.453)	46.022
Ajuste		
Depreciação e Amortização	7	36
Juros e Atualização sobre Debêntures e Financiamentos	31.093	12.856
Remuneração e Margem de Ativo de Contrato	(11.256)	(82.717)
	<u>6.391</u>	<u>(23.803)</u>
Variações nos ativos e passivos		
Concessionárias e permissionárias	(9.891)	-
Ativo de contrato	32.370	-
Despesas antecipadas	688	196
Imposto de renda retido na fonte	74	(1.425)
Outros ativos	-	(9)
Fornecedores	13.809	(8.871)
Impostos e contribuições a recolher	1.689	(92)
Impostos diferidos	(6.996)	23.830
Outros passivos	104	(695)
Caixa líquido proveniente das (utilizados nas) atividades operacionais	<u>38.238</u>	<u>(10.869)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo de contrato	(41.675)	(65.248)
Aquisições de bens do ativo intangível	(89)	(29)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(79.981)	(190.288)
Resgate em títulos e valores mobiliários	83.532	304.427
Caixa líquido provenientes das (utilizados nas) atividades de investimentos	<u>(38.213)</u>	<u>48.862</u>
Redução de Capital	-	(38.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>(38.000)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	25	(7)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>25</u>	<u>46</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>50</u>	<u>39</u>

As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Tropicália Transmissora de Energia S.A., (“TROPICÁLIA” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de Abril de 2016.

Em 28 de Outubro de 2016, o Consórcio CP II, foi vencedor do Lote 1 da 2ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 013/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, composto pela Linha de Transmissão de 500 kV entre as Subestações Sapeaçu e Poções III, com 245,1 km de extensão, foi utilizada a SPE Tropicália Transmissora de Energia S.A.

A Linha de Transmissão está integralmente localizada no Estado da Bahia e tem como objetivo atender à expansão do Sistema Interligado Nacional - SIN. A linha atravessa 17 municípios: Sapeaçu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Varzedo, São Miguel das Matas, Amargosa, Laje, Jiquiriçá, Ubaíra, Cravolândia, Itaquara, Jaguaquara, Mutuípe, Jequié, Manoel Vitorino, Boa Nova e Poções, todos no sul da Bahia.

A Linha deverá aumentar a capacidade de transmissão de energia da interligação Nordeste-Sudeste, permitindo o adequado escoamento dos atuais e futuros empreendimentos de geração, predominantemente parques eólicos, previstos para serem implantados no Nordeste, mitigando o risco de déficit de energia elétrica da região Sudeste do país.

O Contrato de Concessão nº 01/2017-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 1 do Edital da 2ª Etapa do Leilão 013/2015 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 10 de Fevereiro de 2017 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até fevereiro de 2047. A data regulatória para entrada em operação comercial do empreendimento é até fevereiro de 2022, porém a Companhia em seu plano de negócios assumiu a data de agosto de 2020 para entrada em operação do empreendimento, devido ao impacto do covid-19 houve uma postergação para janeiro de 2021, tendo isso refletido nos contratos EPC necessários a sua construção.

Para a construção da linha a Companhia usufruiu dos benefícios do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) conforme o Ato Declaratório Executivo nº 146 publicado no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2017; e do PROBAHIA - Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia, que consiste em redução de 40% (quarenta por cento) do ICMS nas entradas decorrentes de aquisições interestaduais relativamente ao diferencial de alíquota, concedido através da Resolução nº 16/2018 publicada em DOU em 19 de junho de 2018.

A concessionária é remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$ 76,7 milhões - base jul/16) será reajustada anualmente pelo IPCA, e sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano da concessão. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia entrou em operação em janeiro de 2021 através do Termo de Liberação Definitivo – TLD emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e por meio da Resolução Homologatória nº 2.725, de 14 de julho de 2020, anexo IV, ficou estabelecido, receitas anuais permitidas, no montante de R\$ 86.836.

1.1 Impactos do COVID 19

1.1.1 Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID -19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

1.1.2 Medidas de assistência governamental

Diante do cenário descrito anteriormente, diversas medidas de auxílio econômico e financeiro foram introduzidas pelos três níveis de administração da Federação Brasileira, com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, contudo, inicialmente a Companhia não adotou nenhuma medida de assistência governamental.

1.1.3 Impacto nas demonstrações financeiras

Considerando o estágio da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia revisou seu planejamento estratégico e adotou as seguintes medidas:

- Adiamento de todas as atividades de manutenção não essenciais, desde que não comprometam a segurança operacional;
- Monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;

- Substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;
- Campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações;
- Reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;
- Fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;
- Fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;
- Fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus;

Os impactos do COVID-19 foram baseados nas melhores estimativas da administração e não foram relevantes para a Companhia.

Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), em consonância com a lei das S.A. e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, conforme os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 30 de julho de 2021.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

1.2 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras intermediárias, estão divulgadas na Nota 2.4.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

1.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 2.4 de Avaliação dos Instrumentos Financeiros.

1.5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Item significativo sujeito a essa estimativa e premissa incluem:

- (i) Critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa nº 1.6.3;

1.6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

1.6.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- (i) *Ativos financeiros*

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

Classificação e mensuração subsequente

A Companhia faz uma avaliação do objetivo do modelo de negócios no qual um ativo financeiro é mantido em um nível de portfólio, porque isso reflete melhor a forma como o negócio é gerenciado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos declarados para o portfólio e o funcionamento dessas políticas na prática. Isso inclui se a estratégia da Administração se concentra em ganhar receita de juros contratuais, mantendo um perfil de taxa de juros específico, combinando a duração dos ativos financeiros com a duração de quaisquer passivos relacionados ou saídas de caixa esperadas ou realizando fluxos de caixa através da venda dos ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro desse modelo de negócios) e como esses riscos são gerenciados;
- Como os gestores da empresa são remunerados, como no exemplo: se a remuneração baseada no valor justo dos ativos administrados ou nos fluxos de caixa contratuais coletados; e

Para os fins desta avaliação, “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No não reconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

1.6.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito esperado (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

1.6.3 Contrato de concessão de serviços públicos - Ativo contratual

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a TROPICALIA regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (ii) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

1.6.4 *Ajuste a valor presente de ativos e passivos*

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

1.6.5 *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia possui como regime de apuração o lucro real por estimativa.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre a receita operacional, aplicando alíquota de imposto de renda e contribuição social. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido*

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

1.6.6 *Contas a pagar aos fornecedores*

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

1.6.7 *Provisões*

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

1.6.8 *Demais ativos e passivos*

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

1.6.9 *Dividendos*

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na Nota Explicativa N° 9e.

1.7 Mensuração do valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

1.8 Novas normas e interpretações não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia:

- Reforma da taxa de juros de referência (alteração ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39 e CPC40/IFRS7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS16)

Normas não efetivas que não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia:

- Contratos Onerosos (alteração ao CPC 25/IAS 37)
- **Imobilizado:** Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguro

2 Gestão de risco financeiro

2.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

No que concerne as contas a receber, a RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b. *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades de implantação do negócio.

c. *Valorização dos instrumentos financeiros*

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, 2020/2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) *Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, outros ativos e fornecedores*

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não possui instrumentos de operação de termos de moedas.

2.2 *Gestão de capital*

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

2.3 Instrumentos financeiros a valor justo por meio de resultado

	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	50	50
Títulos e valores mobiliários	<u>11.477</u>	<u>11.477</u>
	<u>11.527</u>	<u>11.527</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Debêntures	<u>493.821</u>	<u>493.821</u>
	<u>493.821</u>	<u>493.821</u>
Valor justo por meio do resultado		
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	25	25
Títulos e valores mobiliários	<u>25.209</u>	<u>25.209</u>
	<u>25.234</u>	<u>25.234</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial		
Debêntures	<u>462.727</u>	<u>462.727</u>
	<u>462.727</u>	<u>462.727</u>

2.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.5 Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de junho de 2021 e 2020.

30/06/2021					
Premissas	Efeito das contas sobre resultado	Saldo	Cenário I	Cenário atual	Cenário II
			-1,69%	0,31%	2,31%
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	50	(1)	0	1
	Titulos e Valores Mobiliários	11.477	(194)	36	265
IPCA %	Debêntures	493.820	-1,47% (7.259)	0,53% 2.617	2,53% 12.494
31/12/2020					
Premissas	Efeito das contas sobre resultado	Saldo	Cenário I	Cenário atual	Cenário II
			0,75%	2,75%	4,75%
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	25	0	1	2
	Titulos e Valores Mobiliários	25.209	189	693	1.197
IPCA %	Debêntures	462.727	2,31% 10.689	4,52% 20.915	6,31% 29.198

3 Títulos e valores mobiliários

Circulante	30/06/2021	31/12/2020
Certificados de depósitos bancários	11.477	25.209
	<u>11.477</u>	<u>25.209</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDB e fundo de investimentos realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4 Concessionárias e permissionárias

Concessionárias e permissionárias	30/06/2021	31/12/2020
A vencer	<u>9.891</u>	-
	<u>9.891</u>	-

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessárias ajuste a valor presente. A companhia não possui provisão para perda esperada de crédito.

5 Depósito vinculado

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de debêntures, com a finalidade de garantia real.

Circulante	30/06/2021	31/12/2020
Depósito vinculado	10.180	-

6 Concessão do serviço público (ativo contratual)

A movimentação dos saldos referente aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	<u>855.784</u>	<u>607.498</u>
Aquisição de ativo de concessão	41.675	97.213
Remuneração do ativo de contrato	51.500	89.589
Margem de construção do ativo de contrato	(40.243)	61.484
(-) Recebimentos	<u>(32.370)</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	876.346	855.784
Circulante	30/06/2021	31/12/2020
Concessão do serviço público (Ativo contratual) – Circulante	80.302	-
Concessão do serviço público (Ativo contratual) - Não circulante	796.044	855.784

7 Debêntures

Em julho de 2019 a Companhia assinou um mandato com o Banco Santander do Brasil S/A para coordenar a emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 407.000 mil, em regime de garantia firme de colocação para captação de recursos no mercado de capitais local.

Os recursos oriundos dessa captação serão suficientes para concluir toda a construção do empreendimento.

Também foi formalizado um aditivo ao CPG (Contrato de Prestação de Garantias), assinado em fevereiro/2019, aumentando o valor das fianças “completion” para R\$ 407.000 mil.

a. Debêntures

- **Prazo:** 24 anos (até agosto de 2043)
- **Custo:** IPCA + 5,0921%.
- **Carência:** 36 meses (até agosto de 2022)
- Juros apurados semestralmente ocorrendo o 1º Pagamento em agosto de 2021
- Amortização e juros exigíveis semestralmente após a carência

Moeda nacional	Taxa anual de juros a.a.	30/06/2021	31/12/2020
Debêntures	IPCA + 5,0921%	<u>493.820</u>	<u>462.727</u>
Principal		407.000	407.000
Juros		<u>86.820</u>	<u>55.727</u>
Passivo circulante		8.889	1.319
Não circulante		484.931	461.408

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

		<u>Aquisição</u>			<u>Amortização</u>		
		Principal	Juros	Atualização monetária	Principal	Juros	30/06/2021
Debêntures	31/12/2020						
Debêntures	478.351		8.889	22.204	-	-	509.444
Custos de captação incorridos na captação	<u>(15.624)</u>	-	-	-	-	-	<u>(15.624)</u>
Total	462.727	-	8.889	22.204	-	-	493.820

		<u>Aquisição</u>			<u>Amortização</u>		
		Principal	Juros	Atualização monetária	Principal	Juros	30/06/2020
Debêntures	31/12/2019						
Debêntures	437.265	-	10.623	2.233	-	-	450.121
Custos de captação incorridos na captação	<u>(15.624)</u>	-	-	-	-	-	<u>(15.624)</u>
Total	421.641	-	10.623	2.233	-	-	434.497

Os vencimentos das parcelas do não circulante são as seguintes:

Vencimentos	2021
2022	1.566
2023	2.163
2024	3.264
2025	3.288
Após 2025	<u>474.650</u>

Garantias concedidas

- Fiança Bancária para 100% da dívida até completion
- Garantias de Projeto: Ações da SPE + Direitos Creditórios / Emergentes da Concessão

Covenants financeiros

Devido a essa debêntures, a Companhia fica obrigada a cumprir o seguinte índice:

- O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com a base no EBTIDA nas demonstrações financeiras regulatórias.

Todas as cláusulas restritivas requeridas estão sendo atendidas.

8 Fornecedores

	30/06/2021	31/12/2020
Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda	6.541	2.347
Siemens Ltda	14.453	6.395
Outros	<u>2.075</u>	<u>518</u>
	<u>23.069</u>	<u>9.260</u>

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a. Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	30/06/2021	31/12/2020
Diferido ativo		
Prejuízos fiscais de imposto de renda	16.776	15.434
Bases negativas de contribuição social	<u>6.090</u>	<u>5.597</u>
	<u>22.866</u>	<u>21.031</u>
Diferido passivo		
Imposto de Renda diferido	100.604	104.398
Contribuição social diferida	<u>36.217</u>	<u>37.584</u>
	<u>136.821</u>	<u>141.982</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	<u>113.955</u>	<u>120.951</u>

Os impostos diferidos passivos foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

b. Efeitos no resultado

	<u>Períodos de três meses</u> <u>findos em</u>		<u>Períodos de seis meses</u> <u>findos em</u>	
	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	10.844	30.734	(20.338)	69.938
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	3.687	10.450	(6.915)	23.779
Bônus e gratificações	3	(15)	33	(15)
Outros	<u>(3)</u>	<u>18</u>	<u>(3)</u>	<u>152</u>
	<u>3.687</u>	<u>10.453</u>	<u>(6.885)</u>	<u>23.916</u>
Imposto de renda e Contribuição social - corrente	7	-	7	-
Imposto de renda e Contribuição social - diferido	<u>3.680</u>	<u>10.453</u>	<u>(6.892)</u>	<u>23.916</u>
	<u>3.687</u>	<u>10.453</u>	<u>(6.885)</u>	<u>23.916</u>

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de janeiro de 2020 ocorreu a redução de capital social em R\$ 38.000 (trinta e oito milhões), passando o capital social de R\$ 96.000 (noventa e seis milhões de reais) para R\$ 58.000 (cinquenta e oito milhões de reais) sem o cancelamento de ações, conforme Ata de aprovação da Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 28 de novembro de 2019. No dia 26 de março de 2021, houve transferência das ações, resultando em um único acionista, conforme Livro de Registro de Ações. Passando a ser apresentado da seguinte forma:

	<u>30/06/2021</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Invest.Particip. Infraestrutura	<u>58.000</u>	<u>100,00</u>
	<u>58.000</u>	<u>100</u>
	<u>31/12/2020</u>	
	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>
Tropicalia Fundo de Investimento em Participações	26.502	45,69
Fundo de Investimento em Participações Development fund Warehouse	16.193	27,92
BTG Pactual Energia 3 Fundo de Investimento em Participações	9.529	16,43
BTG Pactual Infraestrutura II Energia Fundo de Investimento	<u>5.776</u>	<u>9,96</u>
	<u>58.000</u>	<u>100</u>

b. Reserva de Capital

Em 24 de novembro de 2020, foi deliberado o cancelamento de integralização do total destinado a conta de reserva de capital.

c. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembléia Geral.

d. Reserva legal e de lucros a realizar

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de lucros a realizar refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender às limitações do orçamento de caixa da Companhia a ser aprovada em conselho da administração.

e. Reserva especial

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembléia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Conforme Assembléia Geral Ordinária de 08 de abril de 2020, houve a deliberação para a reversão do provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2019 no valor de R\$ 29.553 visto que esses dividendos não eram compatíveis com a situação financeira da Companhia.

Conforme Assembléia Geral Ordinária de 13 de abril de 2021, houve a deliberação para a reversão do provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios de 2020 no valor de R\$ 17.046 visto que esses dividendos não eram compatíveis com a situação financeira da Companhia.

11 Receita operacional líquida

	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Remuneração do ativo de concessão	25.565	11.936	51.500	41.428
Receita de Construção	-	40.742	1.433	106.537
Receita de O&M	5.505	-	9.712	-
Total da receita bruta	31.070	52.678	62.645	147.965
(-) Pis/Cofins	(2.206)	-	(3.893)	-
(-) Encargo setorial	(238)	-	(425)	-
Total da receita líquida	28.626	52.678	58.327	147.965

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão mensuradas sob o escopo do CPC 47 passaram a ser contabilizadas da seguinte forma:

- Receita de construção da infraestrutura de transmissão: reconhecida considerando uma margem, definida de acordo com as projeções do projeto, sobre o custo de construção. Receita de remuneração do ativo de contrato: calculada com base na taxa do projeto sobre o saldo do ativo contratual.
- Receita de operação e manutenção: reconhecida através dos AVCs disponibilizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico-ONS.

12 Custo de construção

	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Pessoal	-	(4)	-	(26)
Administradores	-	(179)	-	(388)
Material	(535)	(3.397)	(17.572)	(27.152)
Serviços de terceiros	-	(15.117)	(23.354)	(37.353)
Aluguéis	-	(49)	-	(100)
Seguros	-	(110)	(749)	(229)
	<u>(535)</u>	<u>(18.856)</u>	<u>(41.675)</u>	<u>(65.248)</u>

Os custos de serviços de terceiros, foram constituídos, com base nos lançamentos de composição do ativo contratual da Companhia.

13 Despesas operacionais

	<u>Período de três meses findo em</u>		<u>Período de seis meses findo em</u>	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Pessoal	(211)	(209)	(408)	(389)
Administradores	(174)	(151)	(491)	(389)
Material	(21)	(3)	(27)	(26)
Serviços de terceiros	(258)	(235)	(386)	(432)
Depreciação e Amortização	(1)	(18)	(7)	(36)
Aluguéis	(36)	(39)	(70)	(76)
Impostos e taxas	-	(2)	(15)	(14)
	<u>(701)</u>	<u>(657)</u>	<u>(1.404)</u>	<u>(1.362)</u>

14 Custos de operação e manutenção

	<u>Períodos de três meses findos em</u>		<u>Períodos de seis meses findos em</u>	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Pessoal	(32)	-	(77)	-
Administradores	-	-	(65)	-
Material	(60)	-	(124)	-
Serviços de terceiros	(861)	-	(1.629)	-
Aluguéis	(51)	-	(95)	-
Seguros	(37)	-	(70)	-
Impostos e taxas	(23)	-	(88)	-
	<u>(1.064)</u>	<u>-</u>	<u>(2.148)</u>	<u>-</u>

15 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>Período de três meses findo em</u>		<u>Período de seis meses findo em</u>	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(60)	(4)	(86)	(16)
Juros e Atualização s/ Debêntures	(14.557)	(2.920)	(31.093)	(12.856)
Outras despesas financeiras	(964)	(67)	(2.437)	(388)
	<u>(15.581)</u>	<u>(2.991)</u>	<u>(33.616)</u>	<u>(13.260)</u>
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	99	560	178	1.843
	<u>99</u>	<u>560</u>	<u>178</u>	<u>1.843</u>
	<u>(15.482)</u>	<u>(2.431)</u>	<u>(33.438)</u>	<u>(11.417)</u>

16 Meio ambiente

A Companhia obteve Licença Ambiental necessária para iniciar as suas operações. Conforme destacadas abaixo:

- A Licença Operação (LO) emitida pelo IBAMA em janeiro de 2021.

17 Seguros

Os Seguros relacionados a obra estão dentro dos contratos dos construtores. (conforme relacionados abaixo:

- Seguro Garantia nº 066532017000107750002923 - Endosso 0000000, contratado pela Tropicália Transmissora de Energia S.A. junto à Pan Seguros S.A. tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como segurada, com vigência a partir de 7 de fevereiro de 2017 até 6 de novembro de 2022;
- Seguro de Riscos de Engenharia nº 02852.2020.0031.0167.0003935, contratado pela SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. junto à AXA Seguros S.A., tendo a SAE Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. como segurada e a Tropicália Transmissora de Energia S.A. como cossegurada, com vigência de 30 de setembro de 2020 até 31 de janeiro de 2023;

Será enviado a Companhia, cópia de todas as apólices dos Seguros, para cumprimento da condição suspensiva à data de início das obras.

a. Seguro garantia da ANEEL

De acordo com o Edital do Leilão 013/2015 da Aneel, a Companhia firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.

“A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 270 (duzentos e setenta) dias após a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO”.

18 Honorário dos administradores

O total pago, no segundo trimestre de 2021 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$ 475 e em 31 de dezembro 2020 o montante foi de R\$ 646.

19 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco provável

São constituídas provisões.

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco possível

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como de risco remoto

Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável.

A Companhia possui as seguintes causas possíveis:

- (a) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ENIND (responsabilidade solidária), com pedidos de pagamento de diferenças salariais decorrentes de alegado desvio de função, de adicional de periculosidade de 30% sobre o salário recebido, com reflexos no aviso prévio, férias, mais 1/3, e 13.º salário, F.G.T.S. e indenização de 40% sobre o F.G.T.S., e de honorários advocatícios. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrente desse processo.
- (b) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ENIND (responsabilidade solidária), com pedidos de pagamento de diferenças salariais decorrentes de alegado desvio de função, de adicional de periculosidade de 30% sobre o salário recebido, bem como integração do adicional de periculosidade nas verbas rescisórias pagas quando do seu desligamento. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrente desse processo.
- (c) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ENIND (responsabilidade solidária), com pedidos de pagamento de diferenças salariais decorrentes de alegado desvio de função, Reflexos das verbas na diferença salarial, sobre aviso prévio, férias, 13 salário, FGTS + multa de 40%, pagamento de adicional de periculosidade de 30% sobre o salário recebido. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrente desse processo.
- (d) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ENIND (responsabilidade solidária), com pedidos de pagamento de danos morais sobre o ano de estabilidade como integrante da CIPA, pagamento de adicional de periculosidade de 30% sobre o salário recebido, bem como integração do adicional de periculosidade nas verbas rescisórias, sobre aviso prévio, férias, 13 salário, FGTS + multa de 40% e honorários advocatícios. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrente desse processo.
- (e) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ENIND (responsabilidade solidária), com pedidos de pagamento de diferenças salariais decorrentes de alegado desvio de função, pagamento de adicional de periculosidade de 30% sobre o salário recebido, bem como integração do adicional de periculosidade nas verbas rescisórias, sobre aviso prévio, férias, 13 salário, FGTS + multa de 40% e honorários advocatícios. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrente desse processo.
- (f) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ENIND (responsabilidade solidária), com pedidos de pagamento de danos morais referente a 1 ano de estabilidade como integrante da CIPA, pagamento de adicional de periculosidade de 30% sobre o salário recebido, bem como integração do adicional de periculosidade nas verbas rescisórias, sobre aviso prévio, férias, 13 salário, FGTS + multa de 40% e honorários advocatícios. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrente desse processo.

- (g) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ENIND (responsabilidade solidária), com pedidos de pagamento de adicional de periculosidade de 30% sobre o salário recebido, bem como integração do adicional de periculosidade nas verbas rescisórias, sobre aviso prévio, férias, 13º salário, FGTS + multa de 40% e honorários advocatícios. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrente desse processo.
- (h) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ENIND (responsabilidade solidária), com pedidos de pagamento de salários de período estável de 1 ano de estabilidade como integrante da CIPA, pagamento de adicional de periculosidade de 30% sobre o salário recebido, bem como integração do adicional de periculosidade nas verbas rescisórias, sobre aviso prévio, férias, 13º salário, FGTS + multa de 40% e honorários advocatícios. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrente desse processo.
- (i) Ação trabalhista movida por ex-funcionário da empresa terceirizada ECARI (responsabilidade solidária), com pedidos de declaração de rescisão indireta; salários; recolhimento, liberação e indenização sobre FGTS; multas dos artigos 467 e 477 da CLT, indenizações e honorários advocatícios. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não foi registrada provisão de contingências decorrente desse processo.

* * *

Rosane Cristina Marques de Souza
Diretora

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0